

Governo assume Banespa e dívida de SP

A Pública

O governo federal assumiu ontem dívidas do estado de São Paulo no valor de R\$ 50,4 bilhões. É a quantia que o governo paulista deve ao Banespa, à Nossa Caixa Nosso Banco e ao mercado financeiro em geral. Os contratos da operação foram assinados ontem pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, e pelo governador de São Paulo, Mário Covas, depois de mais de dois anos de negociação. Pelo acordo, o governo federal passa a controlar o Banespa.

Pelo acordo, o Tesouro Nacional quitará esses débitos do governo paulista e será ressarcido ao longo dos próximos 30 anos. Nesse período, a dívida estará sendo corrigida pela variação do Índice Geral de Preços (IGP-DI), mais juros reais de 6% ao ano. São Paulo ofereceu como ga-

rantia de pagamento das parcelas da dívida suas receitas do Fundo de Participação dos Estados e a arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A prestação não será superior a 13% das receitas líquidas do estado.

Parte da dívida paulista será quitada antecipadamente, com a entrega de bens de São Paulo. O governo federal receberá a Fepasa (Ferrovias Paulistas S/A) e a Ceagesp (Centrais de Abastecimento Geral do Estado de São Paulo). Elas serão incluídas no Programa Nacional de Desestatização (PND), que tratará de privatizá-las até novembro de 1998.

Além disso, o governo paulista comprometeu-se a privatizar, também até novembro de 1998, a Companhia Energética de São Paulo

(Cesp) e a Eletropaulo para pagar o Tesouro, que por ora receberá apenas papéis garantindo essa receita.

O Tesouro Nacional recebeu do 51% do capital votante do Banespa, que durante um ano será preparado para a privatização. O governo paulista poderá recomprá-lo, se quiser, entregando bens equivalentes a metade de suas dívidas com o Banespa.

RECURSOS

O Banespa e a Nossa Caixa receberão uma injeção de recursos do Tesouro no valor de R\$ 10,8 bilhões, para incrementar suas operações comerciais. O dinheiro será transferido na forma de títulos, com prazos de vencimento variando entre um mês e oito anos.

Em troca da ajuda, o governo pau-

lista ficará impedido de assumir novas dívidas até o ano de 2008. Além disso, adotará um programa de contenção de gastos e aumento de receitas, elaborado em conjunto com técnicos do governo federal. Os gastos com pessoal só poderão atingir até 62% das receitas líquidas do estado neste ano. No ano que vem, o limite será de 60%. Mesmo os investimentos deverão ficar limitados a 5% da arrecadação líquida, a menos que haja receitas adicionais não previstas.

As dívidas paulistas refinanciadas pelo Tesouro Nacional são as seguintes: R\$ 20,1 bilhões de dívidas em títulos junto ao Banespa, à Nossa Caixa Nosso Banco e ao mercado financeiro em geral; outros R\$ 24,4 bilhões em dívidas contratuais com o Banespa e mais

R\$ 5,9 bilhões de dívida contratual com a Nossa Caixa Nosso Banco.

O refinanciamento da dívida paulista é o primeiro a ser colocado em contrato e a começar, de fato, a ser implementado por este governo. Teve prioridade porque corresponde à maior dívida e também à negociação mais complexa.

Não é a primeira vez que o governo federal assume as dívidas estaduais. Desde a criação da Secretaria do Tesouro Nacional, há 11 anos, esta é a terceira vez que os governadores são socorridos desta forma. A primeira operação de rolagem das dívidas estaduais ocorreu em 1989, quando foram refinanciados R\$ 70 bilhões. Quatro anos depois, o Tesouro novamente assumiu dívidas estaduais, de R\$ 18 bilhões hoje.

OS TERMOS DO ACORDO

■ A União assumirá R\$ 50,4 bilhões da dívida total do estado de São Paulo, da seguinte maneira: R\$ 20,1 bilhões de dívida mobiliária (em títulos) com o Banespa, Nossa Caixa-Nosso Banco e mercado. E R\$ 24,4 bilhões de dívida contratual com o Banespa, além de R\$ 5,9 bilhões de dívida contratual com a Nossa Caixa-Nosso Banco.

■ Para isso, serão emitidos R\$ 37,5 bilhões em Letras Financeiras do Tesouro (LFT-A), negociáveis num prazo de 15 anos, com juros de Selic (taxa dos títulos públicos federais) mais 0,0245% ao mês, com amortização mensal. Parte desses recursos será usada pelo Banespa para quitar a assistência financeira do Banco Central, empréstimos de outros bancos, obrigações trabalhistas e necessidades de caixa da Nossa Caixa.

■ Serão emitidos também R\$ 10,6 bilhões em LFT-B, negociáveis, com prazo de um mês a oito anos, remuneradas à taxa Selic e amortização em parcela única no vencimento. Os títulos serão usados pelo Banespa e Nossa Caixa para incrementar suas operações comerciais.

■ A União assumirá ainda responsabilidades de R\$ 2,6 bilhões de São Paulo com o Banespa no valor correspondente à dívida com o plano de aposentadoria dos funcionários. Isso será feito por crédito inegociável securitizado, com prazo de 25 anos, corrigido pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI) mais 12% ao ano.

■ O Estado de São Paulo amortizará parte da dívida com a União com recursos a serem obtidos por meio da venda de ações da Eletropaulo, Cesp, Fepasa, Ceagesp e Banespa. No caso da Fepasa e da Ceagesp, as ações serão entregues à União. Para Eletropaulo e Cesp, a União terá *warrant* lastreado em ações das empresas. O processo de privatização será conduzido pelo estado e terá que ser concluído até 30 de novembro de 98. Se o prazo não for respeitado, o estado terá que liquidar a diferença ou oferecer outro ativo privatizável.